



PORTARIA Nº 099/2022

O Prefeito Constitucional de Picuí, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO Requerimento de Licença para trato de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos, contados de 16/03/2022 a 16/03/2024, apresentado pela servidora em 11 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 01, de 23 de maio de 2008, “*a critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, a licença para trato de assuntos particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração e sem contagem de tempo de serviço, não podendo esta licença ser renovada sem o decurso de interstício mínimo de cinco anos*”;

CONSIDERANDO que a servidora requerente presta suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, com lotação na referida Secretaria;

CONSIDERANDO a necessidade de Terapeutas Ocupacionais na Administração Municipal, em razão da impossibilidade de contratação de servidores substitutos, em vista da declaração liminar de inconstitucionalidade da lei municipal de contratação;

CONSIDERANDO que o Município não dispõe em seu quadro de servidores de outros Terapeutas Ocupacionais suficientes para substituição da servidora, com a concessão da licença requerida, o que resultará em prejuízo para a população local;

RESOLVE:

INDEFERIR, nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 001/2008, o Requerimento de Licença para trato de interesse particular apresentado pela servidora ARETA MUNIZ DE ARAÚJO, matrícula nº 0066322, ocupante do cargo de Terapeuta Ocupacional, pelas razões de interesse público acima epigrafadas.

Picuí-PB, 17 de fevereiro de 2022.


OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional